Boletim do Sepe

INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE ESTADUAL

Nº 08 | Finalizada em: 28/04/2023

NESTE BOLETIM:

- Reunião na Seeduc no dia 17/4 tratou da migração dos ex-Faep
- Sepe lança especial sobre o XVI Congresso no site
- Estado e municípios do Rio receberão mais R$ 918 mi do Fundeb

REDE ESTADUAL VAI PARAR EM DEFESA DO PISO NO DIA 11/05

Assembleia no dia discutirá indicativo de greve por tempo indeterminado

Profissionais da Educação realizaram ato na frente da Câmara de Vereadores em 26/04, dia da Greve Nacional pela implementação do piso nacional do magistério e pela revogação do NEM

Foto: Gustavo Sixel

Os professores e funcionários da rede estadual RJ realizarão greve de 24 horas dia 11 de maio, com assembleia geral, a partir das 14h, que irá discutir o indicativo de entrada em greve por tempo indeterminado. A categoria já se encontra em estado de greve desde o dia 22 de março.

A greve de 24 horas visa pressionar o governador Cláudio Castro pela implementação do piso nacional do magistério; a regularização do piso dos funcionários administrativos e o cumprimento pelo governador do acordo da recomposição salarial de 2017 a 2021, entre outras.

O Governo RJ não apenas não paga o piso, como paga o pior salário do Brasil. A situação é ainda mais vergonhosa por se tratar do segundo estado mais rico do País, com R$ 753 bi, segundo o IBGE (2020). É esse estado que paga apenas R$ 1.588 de vencimento-base a um professor (18h) e R$ 802 ao funcionário administrativo, de nível elementar.

Ação na Justiça

Em relação à ação do Sepe no TJRJ, exigindo o cumprimento do piso nacional do magistério, em último andamento, o governo do estado apresentou novo recurso (embargos de declaração), reiterando sua tese já vencida; após o recesso forense, o Tribunal rejeitou estes embargos em decisão de 14/02/23 e o MP também já se manifestou.

Veja o andamento das n
com o governo do estad

No dia 11 de maio, a rede estadual fará uma assembleia geral, com indicativo de greve para decidir os rumos da nossa mobilização. A plenária será realizada no Club Municipal, na Tijuca, às 14h, e será seguida de ato.

1 O Sepe está em negociação com o governo estadual, com uma pauta econômica já bastante conhecida: implementação do piso nacional do magistério e adoção de um piso salarial digno para os funcionários administrativos. Nas audiências, conquistadas por nossa luta, reafirmamos, a pauta da lei do piso como uma reivindicação histórica e justa da categoria. Temos diversas outras demandas já devidamente entregues à Seeduc e Casa Civil, com alguns avanços em relação aos animadores culturais e servidores da ex-Faep. Além da pauta econômica, duas pautas fundamentais, entre outras, são a revogação do Novo Ensino Médio (NEM) e a convocação de concursados para o magistério dos concursos de 2013 e 2014, e de inspetores de alunos do concurso de 20123, além da abertura de novos concursos para o magistério e para as funções administrativas, entre elas as de manutenção de funcionamento, circulação e de assistência à educação (assistentes sociais e psicólogos etc.) como resposta à violência nas escolas.

2 No dia 17 de abril, na reunião de negociação com a Casa Civil, com as presenças da secretária de Educação Roberta Barreto e do subsecretário de estado, Adilson de Faria Maciel, não houve, por parte do governo, a apresentação de uma proposta em relação à nossa pauta econômica. O sindicato foi informado que os estudos sobre essa reivindicação se encontram em andamento, e que o governador ainda deverá dar o parecer final sobre uma eventual proposta que estaria sendo preparada, para implantação em junho deste ano, garantindo o piso também aos aposentados.

3 Alertamos que, no entanto, não há ainda garantias efetivas do governo com a implantação do piso, permanecendo em fase de estudos, que vêm sendo feitos desde o final do ano. Outro ponto preocupante é a afirmação do governo de que estes estudos não contemplariam os funcionários administrativos, que recebem, em vários níveis, pisos menores do que o atual salário mínimo. Mantivemos na audiência do dia 17/04 nossa defesa de que o piso seja para todas as carreiras da educação.

4 Na assembleia realizada no dia 18 de abril, a categoria não decidiu entrar imediatamente em greve, mas aprovou a participação na Greve Nacional da Educação, dia 26 de abril, e uma greve de 24 horas no dia 11 de maio, com assembleia geral e indicativo de entrada em greve por tempo indeterminado a ser votado pela categoria. Lembramos que os profissionais da educação já se encontram em

negociações do do Rio

estado de greve desde o dia 22 de março. No dia 18 de abril, realizamos um ato público, com a participação dos estudantes, que resultou em nova audiência com a Seeduc, na qual o Sepe reforçou a pauta de reivindicações da categoria.

5 A educação nunca conquistou nada sem lutar. Convocamos todos os profissionais de educação a intensificarem a luta pelo piso salarial para todas as carreiras e demais reivindicações.

Sepe lança especial sobre o XVI Congresso

Área no site traz cadernos de teses e contribuições, atas e documentos para download, homenagens, agenda, programação, mapa do local e notícias do evento.

Reunião na Seeduc no dia 17/4 tratou da migração dos ex-Faep

A direção do Sepe esteve na SEEDUC no dia 17/4 para tratar da pauta específica da migração dos funcionários que trabalhavam na extinta Fundação de Apoio à Escola Pública (FAEP). A SEEDUC informou que, atualmente, existem 4.394 funcionários da ex-FAEP cedidos à secretaria. Segundo a Secretaria, a Lei estadual 6.147/2022, aprovada pela Alerj, deveria ter partido do Poder Executivo e, por isso, foi vetada. O Sepe solicitou uma reunião com a Casa Civil para que possa ser formalizado um novo encaminhamento desta lei e todos estes profissionais possam ser migrados para a FAETEC.

A secretária propôs a formação de um Grupo de Trabalho (GT) para evitar novos impedimentos legais para o andamento do processo de tramitação e aprovação da Lei. O GT terá a participação de representantes da PGE, da SEEDUC, do Sindicato que representa os funcionários da FAETEC, Sepe e Casa Civil.

Violência nas escolas

MAIS LIVROS MENOS ARMAS

Nas últimas semanas temos registrado o aumento da tensão nas redes sociais, com ameaças às escolas – falsas e verdadeiras. O terrorismo nas redes provocou uma sensação de grande medo entre familiares, alunos e profissionais

Para o sindicato, faz-se necessário manter a calma e não permitir que uma onda de medo contagie e paralise as escolas. Sabemos que existem grupos de ódio atuando, divulgando ameaças nas redes, buscando um clima de terror e pânico, em todo o país. Não podemos ajudar a propagação deste tipo de conteúdo, mas tampouco podemos ignorar completamente as ameaças.

É preciso reagir e proteger nossas crianças e o espaço escolar. Criar ambientes mais seguros começa pela convocação dos aprovados nos concursos para o magistério (2013 e 2014), além do banco de espera do concurso de 2013 para inspetores de alunos. Assim como se faz necessária a realização de novos concursos para contratação de porteiros e funcionários, além de pessoal especializado para dar assistência ao pessoal da educação, como assistentes sociais e psicólogos. O ambiente mais seguro passa por enfrentar a carência de profissionais de educação nas escolas, que são os que conseguem identificar situações de crise e acolher jovens e adolescentes.

Outro ponto importante são as ações integradas, de governos, escola e comunidade, e formulação de protocolos definidos para ameaças e possíveis ataques. Obviamente, é necessário reforçar a segurança no entorno das escolas e garantir a funcionalidade e viabilidade destas iniciativas, sem ameaçar a liberdade, o diálogo e a democracia necessárias ao bom funcionamento das unidades escolares.

Diante dos ataques, os defensores do ódio e do armamento certamente apostarão no medo para oferecer saídas autoritárias, como militarizar escolas ou armar profissionais da educação. No entanto, mesmo ações de vigilância, necessárias, têm se mostrado insuficientes. Nos EUA, por exemplo, em 2021, as unidades educacionais gastaram o recorde de R$ 15,6 bilhões com sistemas e serviços de vigilância e proteção. Mesmo assim, o total de ataques também foi recorde neste ano – 47 casos, contra os 42 de 2020. De pouco ou nada adianta criar botões de pânico, se não buscarmos as causas do problema e sem valorizar e dar condições de trabalho dignas a quem educa.

Estado e municípios do Rio receberão a mais R$ 918 milhões do Fundeb

Trajano de Moraes/RJ	486.207,96
Três Rios/RJ	3.713.444,27
Valença/RJ	3.527.487,99
Varre-Sai/RJ	552.908,21
Vassouras/RJ	1.416.927,83
Volta Redonda/RJ	13.031.050,27
Governo do Estado/RJ	275.340.359,67
Total Geral/RJ	**918.984.502,69**

Uma notícia importante que vai incrementar a luta na rede estadual pela implementação do piso para os profissionais da educação: o governo federal publicou no DO da União, dia 20/04, a Portaria Interministerial nº 1/2023, divulgando o demonstrativo de ajuste anual do Fundeb, ainda do exercício 2022. Ou seja, trata-se de um reajuste das receitas do Fundeb daquele ano. A estimativa é que o estado do Rio de Janeiro e seus 92 municípios receberão R$ 918.984.502,69, neste mês de abril. Desse montante, o Fundeb estadual vai receber 275.340.359,67; já o Fundeb do município do Rio de Janeiro receberá R$ 249.183.320,21. Essa nova receita, em relação ao estado, será mais um reforço para cobrarmos do governo Claudio Castro a equiparação com o piso nacional do magistério para os professores, o piso para os funcionários e a transferência dos EX-FAEP para a carreira da FAETEC, entre outras. Leia a tabela da Confederação Nacional dos Municípios, com os valores por municípios em www.seperj.org.br.

NA LUTA DESDE 1977 Sepe

SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457
(Agendar atendimento, 10h às 16h).

www.seperj.org.br
instagram.com/sepe_rj
facebook.com/Seperj
youtube.com/SepeRJoficial
twitter.com/RjSepe

seperj.org.br/filiacao